

# FENAE

www.fenae.org.br

# Agora

Edição 37 - ano 7  
março e abril de 2004  
distribuição gratuita

Publicação da FenaE - Federação  
Nacional das Associações do Pessoal  
da Caixa Econômica Federal

## Mulheres, essas guerreiras pela vida

Em um mundo cada vez mais competitivo, as mulheres têm se destacado por sua capacidade de superar obstáculos e enfrentar desafios. Elas são guerreiras pela vida, buscando constantemente a melhoria de si mesmas e de suas organizações. Sua força e determinação são exemplos para todos.



O toque feminino nos ambientes de trabalho da Caixa destaca-se pela eficiência e criatividade. As mulheres se desdobram e vão ampliando seus espaços na empresa



## A inteligência da Caixa e seus problemas

Experiência e alta instrução marcam o perfil dos bancários da Caixa, mas nem sempre há a contrapartida do reconhecimento profissional e da adequada remuneração

Experiência e alta instrução marcam o perfil dos bancários da Caixa, mas nem sempre há a contrapartida do reconhecimento profissional e da adequada remuneração



# Cidadania negada

Brasileiros enfrentam inúmeras barreiras para o exercício da cidadania

# Barreiras para a cidadania

O IBGE acabou de divulgar que, dos 3,5 milhões de nascimentos ocorridos no Brasil em 2002, 800 mil não foram registrados no prazo legal. Mais do que um simples problema de registro civil, a falta de certidão de nascimento é mais uma barreira para o exercício da cidadania.

Num país em que quase um quarto de seus recém-nascidos não tem existência legal, não se deve estranhar que a exclusão tenha braços nos indicadores básicos de educação, saúde, alimentação e moradia. O Brasil de hoje ainda deixa mais da metade de sua população à margem da seguridade social; paga aos negros a metade do salário dos brancos; e obriga metade dos trabalhadores a viver com dois salários mínimos ou menos.

FENAE AGORA investiga as condições necessárias para que o Brasil permita a seus habitantes o exercício da cidadania.

## Nossos colaboradores

Nesta edição, a revista estréia novo articulista. Colaborador de Caros Amigos e editor do Almanaque Brasil de Cultura Popular, Mylton Severiano, o Myltainho, tem história na imprensa brasileira. A partir de 1960, trabalhou na Folha de São Paulo, Estadão, Jornal da Tarde, Quatro Rodas, Globo Rural, TV Globo, com destaque para a revista Realidade, na qual escreveu já na primeira edição, em 1966. É autor dos livros "Toda a história" e "Se liga! - O livro das drogas".

Outro colaborador da revista, o cartunista **Márcio Baraldi**, acaba de ganhar dois prêmios Angelo Agostini, um como "Melhor Cartunista de 2003" e outro como "Melhor Lançamento de 2003" pelo livro Roko-Loko e Adrina-Lina. No ano anterior, nosso chargista já havia recebido o Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos, um dos mais importantes do jornalismo brasileiro.

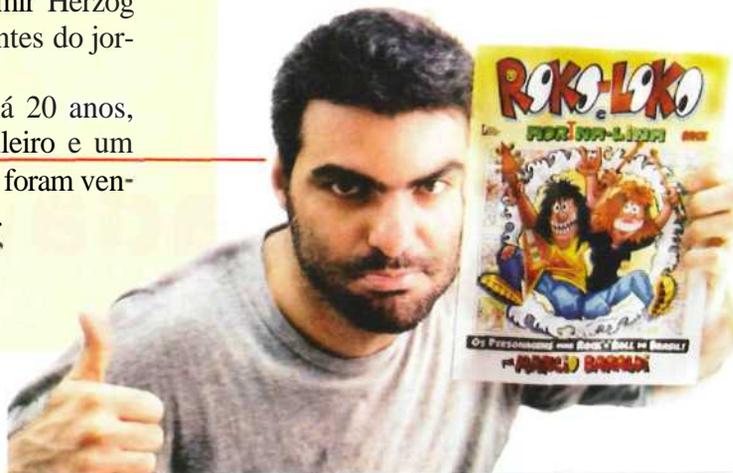
O prêmio Angelo Agostini, existente há 20 anos, leva o nome do primeiro quadrinhista brasileiro e um dos pioneiros do mundo. Antes de Baraldi, já foram vencedores Henfil, Ziraldo e Maurício de Souza.

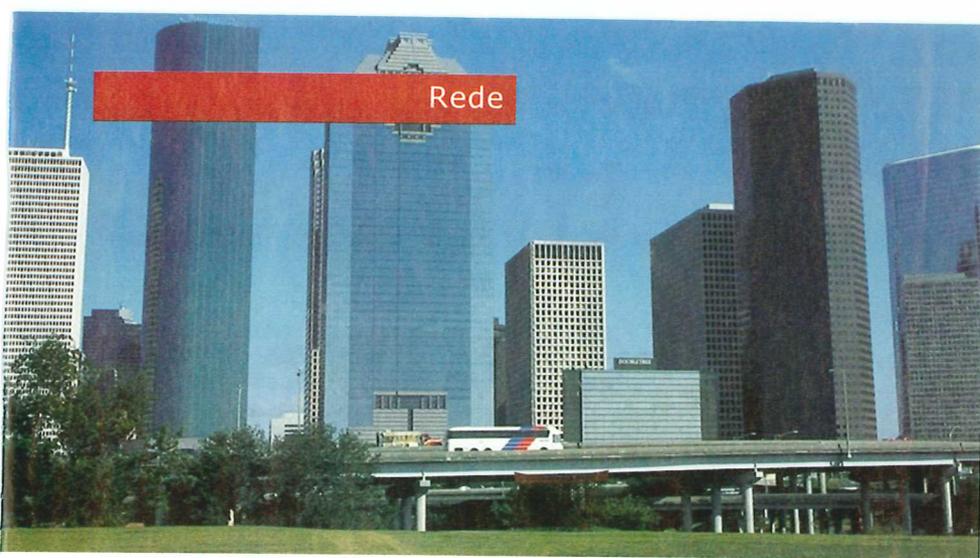
## Cardápio

- 4 Barreiras à cidadania começam pela existência legal
- 9 A inteligência da Caixa e seus problemas
- 13 Regulamento da Funcef à espera de posição da Caixa
- 15 Em 1875, motim de mulheres contestou alistamento militar
- 16 Fórum avança na reforma sindical e trabalhista
- 17 As normas de escrituração contábil para os bancos
- 18 Bancário da Caixa é autor de samba no carnaval carioca
- 19 Quando vamos sentar direito?, pergunta Mylton Severiano
- 20 Associada à qualidade de vida, a natação gera controvérsias
- 22 Poluição visual agride a estética e a saúde
- 24 Cáceres(MT) sedia maior festival de pesca do mundo

O 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, é uma data para se exaltar, sim, a alma feminina, mas é também uma pausa para reflexão sobre as condições da mulher no mundo, no nosso país, no campo, nas ruas, no trabalho, em casa... em todos os lugares.

Fenae Agora traz encarte destacando ainda o toque feminino nos ambientes de trabalho da Caixa.





## Cidade esquadrinhada

A Fundação João Pinheiro lançou um projeto que visa a democratização da gestão das cidades e para a melhoria da qualidade de vida das populações urbanas. A página [www.eg.fjp.gov.br/gestaourbana](http://www.eg.fjp.gov.br/gestaourbana) contém artigos, trabalhos e apresentações relacionados à gestão local. Também há informações sobre cursos, seminários, publicações e eventos do programa, cujo nome é Gestão Urbana e de Cidades.

## Campus virtual

Todas as universidades e grandes faculdades do Brasil têm seu espaço na Internet. Para conhecê-las, basta acrescentar a terminação .br após a sigla da universidade. Um bom exemplo é a USP: [www.usp.br](http://www.usp.br). Vale a pena ainda descobrir a pesquisa e extensão nas principais páginas acadêmicas, UnB, UFRGS, UFMG, UFF, UFRJ, UFBA, UFPR e Unicamp.



Augusto Coelho

## Casa arrumada

A cada dia, mais brasileiros adotam o feng-shui para organizar sua casa ou ambiente de trabalho. A página [www.taoismo.org.br/feng.htm](http://www.taoismo.org.br/feng.htm), da Sociedade Taoísta do Brasil, ensina que “O Feng Shui estuda a relação do homem com seu ambiente, baseado na observação das estrelas, o relevo das montanhas, a forma dos rios, ruas e construção e a disposição dos móveis” e traz mais informações sobre a técnica.

## (Des)fazendo o nó

Para quem perde muito tempo na frente do espelho fazendo nó da gravata, este sítio pode ser a solução. Em [www.gravatas.com.br](http://www.gravatas.com.br), estão exemplos detalhados de como fazer nada menos que sete nós diferentes, incluindo a gravata borboleta. A página também conta a história da gravata e curiosidades sobre este complemento do vestuário.

Capa

# Um país e com seus

■ Marcio Achilles Sardi  
Jornalista da Feneae



# m dívida cidadãos

As barreiras para o exercício da cidadania começam pela falta de existência legal

**O** recolhimento do lixo doméstico faz parte da rotina de milhões de pessoas no Brasil. Mas não existe para cerca de 40 milhões de brasileiros. Apenas no Nordeste, quase 20 milhões de pessoas não são atendidas por este serviço público. Perto de 50% dos nordestinos não recebem um serviço básico que deveria ser universal.

O exemplo poderia ser qualquer outro. Indicadores de desigualdade social existem aos mon-

tes, da saúde à habitação, da alimentação ao trabalho, da segurança à educação. Cada aspecto da vida do brasileiro oferece inúmeras barreiras ao exercício da cidadania.

Os problemas se agregam. A mortalidade infantil no Brasil é de 29,4 mortes a cada 1.000 nascimentos. Se estamos longe dos melhores índices, inferiores a 4 por 1.000 nos países desenvolvidos, pelo menos não dividimos números com os países mais pobres da África, em que a taxa bate nos 25%. (Abstrai a-se

Perto de 20 milhões de nordestinos não têm acesso à coleta de lixo em suas casas

aqui as epidemias e guerras que assolam o continente africano há séculos.) No entanto, quando toma-se, mais uma vez, o Nordeste em separado, o índice aumenta quase 50%.

Se recuarmos, veremos barreiras antes do próprio nascimento. Nos últimos 10 anos, mais de 8 milhões de crianças nasceram mortas no Brasil, em grande parte devido à falta de condições para seu acompanhamento pré-natal. Os brasileiros que nascem enfrentam ainda outro impedimento ao exercício da cidadania. Em 2002, por exemplo, dos 3,5 milhões de nascimentos, 800 mil não foram registrados no tempo legal. O que pode parecer apenas um dado secundário revela, na verdade, que os entraves ao cidadão já começam com a negação de sua existência legal. Sem registro e certidão de nascimento, as pessoas



Das 3,5 milhões de crianças nascidas em 2002, 800 mil não foram registradas no prazo

estão à margem da previdência social, não podem obter outros documentos - como a carteira de trabalho -, e não têm acesso inclusive aos programas sociais de transferência de renda, idealizados justamente para a população marginalizada.

**A deputada estadual** Maria José Viana (PSB/AL) descobriu esta realidade quando foi secretária da Educação em seu estado. "Descobrimos nas matrículas muitos jovens que não tinham nenhum documento, desde a certidão de nascimento até a carteira de identidade", diz ela. Para a deputada, "existir legalmente é básico para o exercício da cidadania, porque ter consciência do que significa o reconhecimento legal é o primeiro passo para que as pessoas conheçam seus direitos".

Maria José é autora, na Assembléia Legislativa alagoana, de projeto de lei que inclui noções de cidadania e direitos fundamentais no currículo do sistema estadual básico de ensino, em caráter obrigatório.

A educação, aliás, é hoje uma das chaves que fecham as portas da qualidade de cidadão. Somos, no Brasil, 137 milhões de brasileiros com mais de 10 anos de idade. A parcela com menos de um ano de estudo ou sem instrução chega a 15 milhões. E, mesmo abrigando apenas 27% das pessoas com mais de 10 anos, o Nordeste responde por perto de



50% do analfabetismo nacional a partir dessa idade.

**O advogado** Paulo Haus, responsável pela área de legislação na Rits (Rede de Informações do Terceiro Setor) busca na história a explicação para a cidadania seletiva do Brasil. "Fomos acostumados a fazer um país que não foi projetado para seu povo, criamos um projeto que necessitava de outro povo." Entre as consequências do descasamento entre povo e nação, Haus acredita que não se respeita as diferenças. E diferença não é igual a desigualdade.

Assim, podemos detectar resultados bem visíveis da construção desigual do país. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) compilou os resultados do censo demográfico de

2000 e traçou duas linhas de corte na população; de um lado, os 10% mais ricos; de outro, os 40% mais pobres.

Na parte de cima da pirâmide, 80% dos domicílios têm saneamento adequado; apenas 8% não têm emprego; e 23,4% das pessoas entre 20 e 24 anos estão no ensino superior ou passaram por ele.

Quem está por baixo luta para se encaixar nas estatísticas apertadas. Um terço das casas têm saneamento; 30% das pessoas não têm emprego; e apenas 4% dos jovens de 20 a 24 anos entraram na universidade.

10% mais ricos têm indicadores sociais muito superiores aos 40% mais pobres da população e

*Falta de perspectiva social e econômica atinge milhões de brasileiros sem emprego*



Para começar a mudar os índices, Paulo Haus vê solução na democracia. E divide o conceito em três formas - direta, indireta e participativa. "É preciso ter mais organização de base, da sociedade civil, que é a partir de onde acontece o exercício democrático", diz.

A ação seguinte é a aplicação de políticas concretas de direito. O advogado considera que "as pessoas não migrariam para os grandes centros e não se acotovelariam em favelas se em suas regiões de origem o poder público garantisse acesso a esgoto e água, luz elétrica, moradia, saúde e direitos civis". Haus alerta, entretanto, que "políticas de doação" não são efetivas. "É preciso transformar a realidade, e isto se faz construindo com as pessoas e permitindo que elas construam seus caminhos."

Coordenadora do Bolsa Família, a socióloga Ana Fonseca explica que este é exatamente o

## Indicadores sociais e emprego apontam a desigualdade no país

O censo demográfico realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostra as desigualdades e contrastes do Brasil. Apesar de avanços nos índices em relação a 10 anos antes, a situação de muitos brasileiros contribui para que os números da educação, saúde e saneamento, habitação e alimentação nos igualem aos países mais pobres do mundo.

A falta de cidadania que aflige os brasileiros nessas áreas assume contornos de segregação quando se trata de outro direito básico do cidadão, o direito ao trabalho. Negros, mulheres e idosos parecem fazer parte de um mundo separado, tal é a disparidade entre seus índices e os demais.

Os negros recebem a metade do rendimento dos brancos, segundo síntese de dados publicada pelo instituto em 2002. A curva se acentua ainda mais nas regiões metropolitanas de Salvador (BA), (RJ), (SP) e Curitiba (PR). O IBGE detectou, assim, que 88% do 1% mais rico da população são brancos; e que, dos 10% mais pobres, 70% são negros.

A desigualdade também escolhe regiões. A contribuição para a previdência é uma realidade para apenas 27,7% dos habitantes da região Norte, contra 56,7% no Sudeste. A renda média é de meio salário mínimo ou menos para 37% das casas do Nordeste. O acesso à rede de esgoto ou fossa séptica atinge apenas metade das casas no Centro-Oeste, Nordeste e Norte - para efeito de comparação, em Porto Alegre (RS) o índice supera os 90%.

Da geografia para o sexo, a segregação se mantém. Não importa a faixa de estudo, homens e mulheres que estudaram o mesmo número de anos recebem salários diferentes. Os homens chegam a receber quase 50% a mais que as mulheres de mesma instrução. Não por acaso, mais de 70% das mulheres que trabalham recebem menos de dois salários, contra 55% dos homens.

Os baixos salários se combinam com o fato de que 82,8% das mulheres entre 25 e 49 anos são mães. Para completar, as famílias com filho têm rendimento médio inferior.

Famílias com filho, aliás, são o espelho de outra discriminação. O acesso à escola atinge praticamente toda a população brasileira entre 7 e 14 anos. As diferenças começam a partir dos 15 anos. Embora 84% dos brancos e 78% dos negros estejam na escola entre 15 e 17 anos, 60% daqueles cursam o ensino médio, contra apenas 32% destes.





*Todos apontam a educação como a chave do acesso à cidadania*

objetivo de seu programa e de outras iniciativas do governo federal. "Há um tempo de permanência no Bolsa Família, que pertence a uma estratégia de inclusão social, com ações de inserção em saúde, educação, direito à alimentação, mas que deve estar acoplado a outros programas para instituir portas de saída".

Além da inclusão social, Ana Fonseca cita outros efeitos dos programas de transferência direta de renda. "Se o dinheiro circula mais nas economias locais, há uma arrecadação maior de um imposto tipicamente municipal, o ISS. Há uma economia muito forte no custo da repetência escolar, no tratamento da desnutrição de forma medicamentosa ao invés da ação preventiva, e as sequelas da desnutrição também."

No entanto, a coordenadora do Bolsa Família reconhece que

este tipo de programa não é suficiente para a garantia do exercício da cidadania. "A transferência de renda permite exercícios de direitos da cidadania, como educação, saúde, alimentação, mas certamente tem muitos outros campos para os quais essa transferência não é suficiente. Não há dúvida que o Brasil precisa crescer, precisa incorporar mais população ao mercado de trabalho", acredita ela.

Já Paulo Haus avança em outros campos - tecnologia da informação, educação e acesso a crédito. Segundo ele, apenas a partir de

*Governo reconhece que programas de transferência de renda são insuficientes*

ações nessas áreas haverá oportunidades de inserção. Haus aposta em informação para conhecimento; em educação com especial atenção à primeira infância; e acesso ao crédito não apenas "para quem tem emprego, renda", mas para "quem precisa construir algo". O advogado, no entanto, não vê no governo, hoje, ações concretas neste sentido. "Eu esperava deste governo um compromisso com o pouco que a gente avançou. Espero muito deste governo. Espero crédito para o microempendedor, educação, acesso à tecnologia da informação, política clara para as organizações populares", diz.

A deputada estadual Maria José avalia que já há condições para que a sociedade viva o exercício pleno da cidadania. "Há, no entanto, a necessidade de que os administradores tenham vontade política de aplicar os recursos disponíveis, contra uma prática cultural pela qual os recursos não faltam, falta sim o compromisso de que o recurso público seja transformado em ações".

E assim, com a barreira imposta política e culturalmente para o exercício da cidadania, o brasileiro enfrenta mais um entrave para ser chamado de cidadão. ©





Augusto Coelho

## A inteligência da Caixa e seus problemas

Experiência profissional e alto grau de instrução são destaque no perfil dos empregados da Caixa

O quadro de pessoal da Caixa é composto por 57.778 trabalhadores (levantamento do final de janeiro). São empregados que, em sua maioria, têm mais de 10 anos na empresa. A maior parcela, 36,25%, concentra-se na faixa de 11 a 15 anos de casa. Os que têm de 16 a 20 anos de trabalho são 10,35%, os de 21 a 25 anos, 24,01%, e acima de 25 anos, 4,63%.

Os empregados com até 5 anos na Caixa, aqueles que ingressaram na empresa após a implantação do PCS (Plano de Cargos e Salários) de 1998, e que foram enquadrados na carreira inicial como técnicos bancários, somam 14.287 trabalhadores, 24,73% do total.

A Caixa conta ainda com cerca de 49 mil trabalhadores prestadores de serviços, 10.423 estagiários e 1.879 menores.

Os empregados do quadro próprio da Caixa estão distribuídos nos cargos de técnico bancário (inicial) e escriturário e em

outros 7 tipos de função: apoio, conservação e serviços gerais; assessoria especial ou estratégica; assessoramento; chefia ou gerência; especializada; técnico nível médio; e técnico nível superior (confira os quantitativos no quadro da página seguinte).

**Os bancários** da Caixa possuem elevado grau de instrução, sendo que 31.857 deles têm curso superior completo e 5.080 estão cursando universidade. Há 341 trabalhadores com mestrado completo e 124 com doutorado.

Entre os que têm curso superior, as mulheres são maioria:

16.376 contra 15.481 homens. Em se tratando de mestrado, os homens ganham: 205 contra 136. No doutorado, as mulheres tomam a dianteira novamente, com folga: 86 contra 38.

O quadro de funcionários da Caixa distingue-se também pelo profissionalismo e a qualificação técnica adquirida ao longo da carreira. São trabalhadores selecionados em concursos e que passam a incorporar, desde os primeiros dias de trabalho, uma cultura de agentes do desenvolvimento econômico e social e da construção da cidadania.

Mas nem sempre há esse reconhecimento. Ao contrário, o que se assistiu em sucessivas gestões foram ataques a direitos e conquistas, arrocho salarial e

## Número de empregados por tipos de funções

TBs e escriturários.....	26.248	(24.416 ativos e 1.832 afastados)
Apoio, cons. e serv. gerais.....	45	(43 ativos e 2 afastados)
Asses, especial/estratégica.....	27	(26 ativos e 1 afastado)
Assessoramento.....	2.610	(2.600 ativos e 10 afastados)
Chefia/gerência.....	12.312	(12.270 ativos e 42 afastados)
Especializada.....	4.768	(4.646 ativos e 122 afastados)
Técnico nível médio.....	5.567	(5.514 ativos e 53 afastados)
Técnico nível superior.....	6.201	(6.166 ativos e 35 afastados)

descaso para com as condições de trabalho e de saúde na empresa. Essa herança está configurada nas distorções dos planos de cargos e salários, no desrespeito à jornada de trabalho e na terceirização exorbitante e irregular de mão-de-obra, entre outros problemas.

**Não se pode** dizer que há, de fato, um quadro de carreira na Caixa. O acesso a cargos dá-se de forma extremamente precária, quase sempre por comissionamento que pode ser concedido em um dia e retirado no outro.

Aliada a essa precariedade, destaca-se também a defasagem

## Grupo de trabalho discute PCR

Foram iniciadas em abril do ano passado as discussões para a criação do PCR (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração), que deverá vir para reordenar os planos de cargos e salários existentes na Caixa.

A empresa apresentou em outubro um esboço do novo plano às representações dos empregados. E no desfecho da campanha salarial 2003/2004, ficou estabelecido no acordo coletivo a criação de um GT (grupo de trabalho) paritário para tratar do assunto.

O grupo foi formalmente instalado no dia 16 de janeiro, juntamente com os outros 4 também previstos na cláusula 45ª do acordo coletivo: revisão dos critérios do PSI (Processo Seletivo Interno);



Ato de instalação dos grupos de trabalho previstos na cláusula 45ª do acordo coletivo, no dia 16 de janeiro

avaliação caso a caso das demissões pela RH 008; jornada de trabalho, horas extras e Sipon (Sistema de Ponto Eletrônico); e segurança.

A Caixa já realizou pesquisa nacional por amostragem, para colher a opinião dos empregados sobre o PCR. Dos 3.112 indicados para participar da pesquisa, 2.751 compareceram. Ocorreu também uma pesquisa pelo site da

Direh (Diretoria de Recursos Humanos). Participaram 5.923 empregados, com 23.173 sugestões.

Nesse período de debate do PCR, as entidades representativas dos empregados realizarão seminários, encontros e reuniões nos locais de trabalho, para levar informações e, ao mesmo tempo, colher contribuições a serem apresentadas ao GT pelos representantes dos bancários.

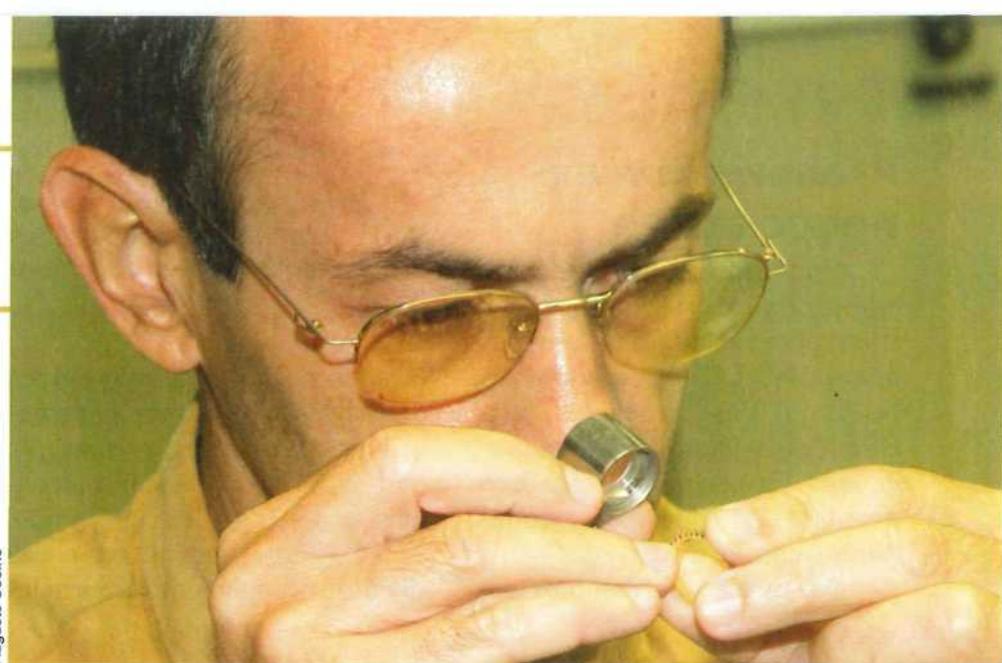
*Gilmar Narvais, avaliador de  
penhor na agência Taguatinga  
Centro/DF: trabalho exigente*

salarial dos cargos técnicos, fruto da política de concessão de reajustes às chefias, às gerências e aos escalões superiores da administração, com discriminação à maioria atuante nas unidades de ponta da empresa.

Além da defasagem e da ausência de plano que permita o desenvolvimento da carreira, os empregados são obrigados a cumprir jornada de 8 horas, em total desacordo com o que prevê a lei.

A diferença entre os salários da base do plano de cargos e os do topo passou de 4,5 vezes em

Augusto Coelho



1998 para cerca de 20 vezes atualmente. A desigualdade foi acentuada com a criação do piso de mercado e do CTVA (complemento temporário variável de ajuste de mercado). Com esse expediente, a Caixa eliminou, na prática, as promoções por merecimento e antiguidade, exigências legais para aprovação e registro de um plano de cargos e salários.

Para descaracterizar ainda mais o PCS, os pisos de mercado foram regionalizados, gerando distorções e discriminações, além de eliminar o caráter nacional do quadro de carreira.

Criou-se também a figura do "caixa flutuante", uma excrescência adotada para barrar o acesso efetivo ao cargo de caixa executivo. Diversas agências não possuem um único caixa executivo, obrigando os empregados a atuarem de forma precária e ininterrupta nessa função técnica, porém sem jamais serem efetivados.

**Para os empregados** em início de carreira, os técnicos bancários, a discriminação é total. O cargo, criado dentro de

uma lógica de alta rotatividade e de preparação da empresa para a privatização, hoje exige reversão do PCS e o fim das discriminações impostas a esse segmento.

**Há também** exigência de solução para os problemas enfrentados por tesoureiros e supervisores de retaguarda, passando pela melhoria da remuneração e das condições de trabalho, pelo enquadramento dos supervisores como gerentes de retaguarda de pontos de venda - função para a qual deve ser estabelecido o mesmo nível de remuneração do gerente de relacionamento e atendimento - e pela ele-

vação do piso salarial dos tesoureiros, com jornada de 6 horas.

É necessário o redimensionamento da estrutura de retaguarda, de modo a compatibilizá-la com a demanda de serviços.

Os avaliadores de penhor devem ser igualmente contemplados com uma revisão salarial e com melhorias para as suas condições de trabalho.

Discriminação  
aos técnicos  
bancários exige  
reversão do  
plano de cargos  
e salários



As representações dos empregados indicaram os seguintes nomes para o grupo: Jair Pedro Ferreira (Seeb/Brasília); Jerry Adriani Teles Magalhães (Apcef/MG); Maria de Jesus Demétrio Gaia (Apcef/PA); Norma de Fátima Lorenzi (Gesem/Brasília); Rogério Antônio Vida Gomes (EN Divinópolis); Pedro Eugênio Leite (Fenae).

## Prosseguem as negociações

Enquanto os grupos de trabalho criados pelo acordo coletivo desenvolvem suas atividades, a CNB/CUT (Confederação Nacional dos Bancários) e a CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados) tocam o processo de negociações permanentes com a Caixa.

Na relação de assuntos co-

*Empregados e empresa em rodada das negociações permanentes em 26 de janeiro*



locados na mesa de negociação com a Caixa constam a recomposição das perdas; a isonomia para os técnicos bancários (conversão de Apip, licença-prêmio, VPs e ATS); a renegociação das dívidas; o pagamento de insalu-

bridade para os tesoureiros; a terceirização; a transformação dos caixas flutuantes em efetivos; os problemas enfrentados pelos avaliadores de penhor e pelos supervisores de retaguarda; e a isenção de tarifas bancárias.

## Justiça exige cronograma para substituição de terceirizados

Em audiência realizada no dia 20 de janeiro, no Fórum Trabalhista de Campinas (SP), a Caixa comprometeu-se a apresentar no prazo de 90 dias o cronograma nacional de substituição dos terceirizados. Presidida pela juíza do Trabalho Alzeni Aparecida de Oliveira Furlan, a audiência contou com a participação do Ministério Público e de representantes do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região.

A batalha judicial do sindicato contra a terceirização na Caixa começou em 1995, com a apresentação de denúncia ao Ministério Público do Trabalho. Apurada a denúncia e reconhecida como procedente, o Ministério entrou com ação civil pública. Em julho de 2000, o

Tribunal Regional do Trabalho de Campinas aceitou a tese do MPT, que defendia o fim dos serviços terceirizados na Caixa.

Em 23 de abril de 2003, também em audiência de conciliação no Fórum Trabalhista de Campinas, havia sido determinado à Caixa a substituição dos terceirizados e a empresa ficara de definir o cronograma nacional de substituição.

Para justificar a solicitação de mais 3 meses de prazo para a apresentação do cronograma nacional, a Caixa informou que ainda está negociando com a Procuradoria Geral do Trabalho uma solução para acabar com a terceirização em todas as unidades instaladas no país.

O TCU (Tribunal de Con-

tas da União) também pronunciou-se em janeiro deste ano sobre a terceirização de serviços na Caixa, definindo como ilegais as contratações de prestadores de serviços.

Em seu voto, o ministro do TCU Benjamin Zymler considera ilegal a contratação de terceirizados para o exercício de atividades consideradas tipicamente bancárias (como as de retaguarda). Ele parte da premissa de que a empresa pública deve efetuar contratação por intermédio de concurso público para as atividades correlatas às do técnico bancário, descritas no seu regulamento de pessoal.

Conforme explica a assessoria jurídica da Fenae, o Tribunal de Contas não é órgão judicial, mas "exerce o controle externo (artigo 71 da Constituição Federal de 1988) ao qual compete, dentre outras coisas, apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta (inciso III do artigo 71 da CF/88)". Isso significa que "os administradores passam a ter dever de implementar a decisão, sob as penas da lei 8.443/92 e, inclusive, caracterização de improbidade administrativa e penalidades pecuniárias".



# À espera do novo plano de benefícios

Associados da Funcef esperam manifestação da Caixa sobre o regulamento, elaborado em conjunto

O movimento dos empregados da Caixa aguarda a manifestação da direção da empresa sobre o novo plano de benefícios da Funcef. O plano foi elaborado no segundo semestre do ano passado e deve passar por aprovação da Caixa, que patrocina a Funcef, pela própria fundação e pelas instâncias de fiscalização da previdência complementar no governo federal.

"As mudanças geram custos, que devem caber à Caixa, já que a empresa realizou alterações na

fundação ao longo dos anos sem se preocupar com quem iria pagar a conta", avalia Antônio Bráulio, membro do Conselho Deliberativo da Funcef e diretor da Fena. A expectativa é de que o plano esteja aprovado, com ou sem alterações, até 30 de abril, prazo legal para que as fundações compatibilizem seus planos com a nova legislação.

O novo regulamento pretende unificar todos os associados sob o mesmo nome. Para isso, o plano está estruturado em contribuição definida na fase de acumulação

de reservas e benefício definido para os eventos de risco e para a renda programada. A Caixa terá responsabilidade solidária na preservação do plano.

Para Bráulio, "com o aumento da responsabilidade dos participantes, sem que a Caixa se exima de suas obrigações, os associados terão ainda mais legitimidade para exigir a democratização da Funcef".

Foi estabelecido ainda um teto de R\$ 7.200,00 para contribuição e conseqüente benefício. Outro limite é o percentual de contribuição sobre o salário. Para o empregado, o mínimo é de 5%. Para a Caixa, o

mínimo é de 8,34% da folha de pagamento, valor que pode aumentar de acordo com o custo do plano de origem.

Novo plano traz vários avanços, como o teto de R\$ 7.200,00 para as contribuições dos participantes



Augusto Coelho

Membros do grupo de trabalho e assessores durante a cerimônia de apresentação do novo plano



Augusto Coelho

## Consultoria tributária estuda a devolução do IR no Clube Imobiliário

Para regularizar a situação do Clube Imobiliário sem que haja prejuízo nem aos associados nem à fundação, a Funcef decidiu contratar consultoria tributária, que está analisando as pendências tributárias do Clube e, em seguida, irá definir o valor que deve ser devolvido aos associados.

Tudo começou em 1994, quando a Funcef criou o Clube Imobiliário, que tinha como objetivo oferecer financia-

A Funcef reteve valores do Clube na expectativa de decisão sobre a isenção do IR para fundações

mento habitacional em condições especiais para seus associados. Quatro anos depois, a diretoria decidiu extinguir o programa, efetuando a devolução das contribuições em 2000.

Na época, foram levantados questionamentos legais sobre a tributação dos fundos de pensão, e a Funcef acabou retendo recursos dos associados a título de Imposto de Renda, aguardando pronunciamento judicial sobre a isenção ou não desse imposto para a fundação. O governo, em paralelo, criou o RET (Regime Especial Tributário), ao qual a Funcef aderiu, regularizando sua situação perante a Receita Federal. O RET inclui, além do IR, o Finsocial e o PIS, que também incidiram sobre as contribuições pagas pelos participantes do Clube Imobiliário.

Por conta da regularização fiscal, os membros eleitos do Conselho Deliberativo da Funcef apresentaram voto para efetuar a devolução, aos associados do Clube, dos recursos provisionados. Tendo em vista que a devolução das contribuições não foi feita em uma única vez, houve tratamento diferenciado quanto à questão tributária para cada associado. Também há dúvidas quanto ao tratamento adotado após o RET para os recursos.

"A fundação precisa agilizar o processo de devolução dos recursos, para reverter os prejuízos que já foram causados aos associados sem criar novas pendências ou passivos", alerta o conselheiro Antônio Bráulio.

*Para Antônio Bráulio, a Funcef deve apressar a solução para os participantes do Clube*

## Associados cobram solução para a carteira

Uma das grandes pendências da fundação com seus associados diz respeito às mensalidades do Clube Imobiliário. Os participantes do Clube e os representantes dos associados já enviaram várias manifestações à Funcef, solicitando a revisão dos valores. "A situação dos mutuários têm ficado insustentável, porque as mensalidades sobem muito mais do que os salários", observa Antônio Bráulio.

No ano passado, para tentar solucionar a questão, foi

composto um grupo de trabalho que elaborou quatro propostas alternativas. A fundação optou pela tentativa de transferência da carteira para a Caixa. No entanto, a proposta acabou inviabilizada, porque a Caixa reivindicou um deságio muito alto para adquirir a carteira.

Deságio pedido pela Caixa inviabilizou a transferência da carteira do Clube Imobiliário

Os membros eleitos no Conselho Deliberativo têm buscado constantemente, junto à diretoria da fundação, maior agilidade na busca de uma solução definitiva. "É preciso resguardar os interesses da fundação a, ao mesmo tempo, garantir que os participantes do Clube não saiam, mais uma vez, prejudicados", alerta Bráulio.

# Mulheres, essas guerreiras pela vida

**E**las cuidam dos filhos, administram a casa e vão à luta para melhorar a vida da família.

Assim são as mulheres, essas guerreiras. Elas se movem num campo de batalha desigual, cheio de barreiras e percalços, muitas vezes minado por quem não se esperava ser o inimigo - elas não lutam contra ninguém, mas a favor de todos.

Todos os dias, todas as horas, todos os momentos são intensamente seus. Compartilham a vida a todo instante.

**O Dia Internacional da Mulher**, o 8 de Março, é a expressão simbólica dessa existência plena, um evento para a exaltação da alma feminina. Mas é também uma pausa para reflexão sobre as condições da mulher no mundo, no nosso país, no campo, nas ruas, no trabalho, em casa... em todos os lugares.

Se é verdade que as mulheres já obtiveram grandes avanços na luta pela igualdade de direitos e de oportu-

nidades em relação aos homens, há ainda preconceitos culturalmente arraigados e discriminações que buscam resguardar privilégios masculinos. E as condições diferenciadas que ainda persistem descambam com muita frequência para agressões e humilhações à mulher, fato que precisa ser encarado de forma realista e enfrentado com ações objetivas, tanto por parte do poder público, através de suas instituições, como pela sociedade, por meio de iniciativas políticas e educacionais.

## Elas são forte presença na Caixa

As mulheres empregadas da Caixa são hoje 47,35% de um total de 57.778 pessoas em atividade na empresa.

Pelos dados mais recentes, a presença feminina na Caixa é mais expressiva do que a observada no setor bancário e no mercado de trabalho como um todo.

O percentual de mulheres em todo o setor bancário é de 42%. No Brasil, as mulheres no mercado de trabalho (ocupadas ou desempregadas) chegaram a 34.852.764, o correspondente a 41,9% da PEA (População Economicamente Ativa).

*Ângela Maria Pereira, gerente de relacionamento na agência SCS, em Brasília (DF)*



# O toque feminino da eficiência

O toque feminino dos ambientes de trabalho na Caixa é percebido por diversos aspectos. O quantitativo nem chega a ser o principal. Elas estão lá, em número bem próximo ao dos homens. Mas o que se destaca entre guichês, mesas, computadores e papéis é muito mais a suavidade dos gestos, a elegância do ir e vir, o sorriso, a atenção dispensada, a eficiência...

O gosto e o carinho que demonstram pelo trabalho enchem os olhos de quem as observa, sem que se possa passar despercebidos o brilho próprio e a beleza particular de cada uma delas.

São técnicas bancárias, escriturárias, caixas, gerentes... Estão nas mais diversas funções, exercendo chefias ou não. E ocupam mais e mais espaços, sobretudo lá na ponta, nas agências, onde a competência e a garra que lhes são

peculiar não podem ser facilmente ignoradas como credenciais para a ascensão profissional.

Mas nem tudo são flores. Elas não vivem num mar de rosas nem são contempladas plenamente na definição de cargos. A coisa complica-se bastante a partir de um certo nível hierárquico. Em se tratando de postos mais "graduados", como gerências de mercado, superintendências e diretorias, há uma forte discrepância no acesso. O número de mulheres nessas posições é, nitidamente, desproporcional ao quantitativo feminino e à qualificação por elas demonstrada.

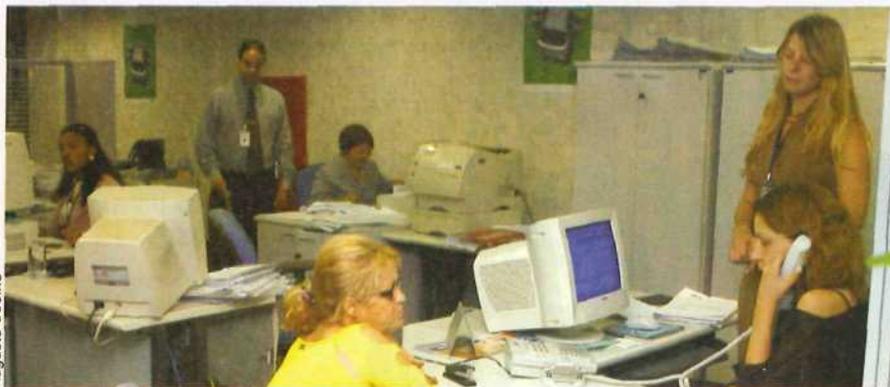
Atualmente (início de fevereiro), não há uma única mulher ocupando vice-presidência na Caixa. Apesar de se valer tanto do trabalho feminino, a empresa foi presidida por mulher apenas uma vez, ainda assim por curtíssimo tempo, em caráter de substituição.



**Darci Alves de Oliveira**  
Substituta de gerente de atendimento na agência SCS/ Brasília (DF), 14 anos de Caixa

"A realidade da mulher é, sem dúvida, mais difícil que a do homem. Mas há superação, apesar das cobranças. Conseguimos realizar com competência todas as nossas atribuições, tanto fora como dentro da empresa. Alcançamos as metas que nos são dadas, ocupamos o nosso espaço no trabalho, e ainda nos dedicamos às nossas casas e aos nossos filhos. E tudo o que fazemos é com carinho e da melhor forma possível. A mulher é mais dedicada, mais organizada... Por isso essa capacidade de superação.

No caso de acesso a cargos nos escalões superiores, a coisa é mais complicada. A predominância é dos homens".



Em alguns setores da Caixa, predomina o trabalho feminino

## Exercício de função comissionada

Sexo	Com função comissionada - qtd%	Sem função comissionada	Total
F	14749	46,55	27358
M	16938	53,45	30420
Total	31687	100,00	57778

## Grau de instrução

Sexo	Não informado	Alfabetizado	1º Grau Incom.	1º Grau Comp.	2º Grau Incom.	2º Grau Comp.	Superior Incom.	Superior Comp.	Superior Incom.	Superior Comp.	Mestrado Comp.	Doutorado Comp.	Total	%
F	406	17	20	70	20	8405	1831	16376	1831	16376	136	136	27359	47,35
M	323	53	71	234	71	10732	3256	15481	3256	15481	205	205	30419	52,65
Total	729	70	91	304	91	19137	5087	31857	5087	31857	341	341	57778	100,00



**Sandra Helena Del Pupo**

Gerente de atendimento em Guarapari (ES), 14 anos de Caixa

"Não há, a princípio, nada que nos impeça de ascender profissionalmente. Mas, para isso, a mulher tem que superar uma série de dificuldades.

Vivo uma realidade um pouco diferente da maioria das colegas - tenho um filho só, sou separada há 13 anos e já não encontro maiores problemas em conciliar minha vida fora da empresa com minhas atribuições profissionais.

Há, sim, grandes obstáculos quando se trata de ocupar cargos em escalões superiores. Para chegar a uma gerência de mercado, a uma superintendência ou a uma diretoria a mulher tem que se desdobrar.

Uma questão relativa à mulher que eu destacaria é a do forte preconceito que ainda há na sociedade em relação à mulher sozinha. Tudo se relaciona a ter ou não um companheiro. Até médicos chegam ao ponto de associar o quadro da paciente ao fato de ela não estar vivendo com alguém. Se a mulher se envolve em uma batida de carro, lá vem o guarda perguntar pelo marido.

Como na sociedade, também na Caixa há várias empregadas que optaram por não se casar ou por não ter novos maridos, ter uma opção de liberdade. E isso precisa ser melhor compreendido, sem preconceito".



**Viviana S. de Campos Horn**

Escriturária e substituta de assistente administrativo II, em Pelotas (RS), 15 anos de Caixa

"A mulher tem uma série de atribuições fora da sua jornada diária na empresa e precisa se esforçar muito para conciliar tudo o que tem para fazer. Ela vive com o pensamento e o ouvido no trabalho e em casa ao mesmo tempo.

Por isso, ela acaba sendo mais comedida na hora de assumir novas atribuições. Há ainda o fato de que a oportunidade de ascensão profissional muitas vezes significa ter que se sujeitar a uma transferência de agência. Sem dúvida, essas dificuldades nos deixam em desvantagem na carreira.

Além de nos dedicarmos com afinco ao trabalho, somos muito interessadas no bem-estar coletivo. Gostamos de fazer coisas que tornem a vida melhor. Estamos sempre à frente das atividades de confraternização. Estamos sempre dispostas a participar, a colaborar..."



**Beatriz Tavares de Lima**

Escriturária e substituta de gerente de relacionamento na agência SCS/Brasília (DF), 17 anos de Caixa

"A mulher é mais dedicada e mais criativa que o homem. Diferencia-se até no atendimento, é mais atenciosa. E está acostumada a não adiar nada, pois sabe que as cobranças sempre vêm.

No trabalho, nos dedicamos de corpo e alma às nossas atribuições, ao cumprimento de metas, que muitas vezes não nos permite respirar - até o horário de almoço às vezes tem que ser sacrificado. Em casa, temos os filhos a reclamar nossa presença. E ainda temos que encontrar espaço para cuidar de nós mesmas.

É claro que isso tem conseqüências. A saúde fica prejudicada, a má alimentação e a falta de tempo até para ir ao banheiro traz desgaste físico e mental, vem o cansaço, o estresse... É muito complicado para a mulher quando ela tem problema de saúde".

## Conferência discute questões femininas

Acontece entre os dias 17 e 19 de junho, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, organizada pela SEPM (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) e pelo CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher).

A Conferência será precedida de eventos por municípios e por estados. No âmbito municipal serão realizadas plenárias até 4 de abril. No âmbito estadual ocorrerão conferências de 5 de abril a 16 de maio, onde serão eleitas as delegadas à nacional.



**Francisca de Assis Araújo**  
Aposentada, diretora da Fenae,  
presidente do Seeb/PI e eleita  
integrante do CD da Funcef

"Por força da cultura, as mulheres padecem do controle de suas vidas e lutam em busca da liberdade.

A liberdade é criativa, é construtiva, produz a felicidade..

As mulheres da Caixa apo-

sentam-se, em média, aos 48 anos, após 30 anos de contribuição previdenciária.

A ciência e a medicina têm feito prodígios na longevidade. São muitos os que chegam aos 100 de vida.

Você já planejou sua vida nessa perspectiva? Para manter a mente e a vida em sintonia com o mundo, temos muitas aposentadas e pensionistas em novas atividades. Retorno às universidades, novos empreendimentos, lazer e cultura são inúmeras ocupações.

As mulheres livres farão política, educação, cultura. As mulheres livres serão felizes e reconstruirão a sociedade digna e ética que todos desejamos".



**Aparecida Diniz**  
Diretora Cultural da Fenae e  
diretora da Apcef/PB

"Falar da discriminação de gênero é falar da mulher em relação ao homem. O comprometimento do 'sexo forte' com esta discussão não tem avançado, mesmo com a crescente participação da mulher em todo cenário nacional.

O fato é que mesmo no movimento sindical, onde os homens lutam contra o assédio moral e falam contra as desigualdades, também assediam as mulheres e muitas vezes suas companheiras não participam dos movimentos por terem a responsabilidade com os filhos.

Nós mulheres, entretanto, temos o dever de continuar lutando pela igualdade entre todos cidadãos e cidadãs, mantidas e respeitadas as individualidades e diferenças (não as desigualdades)".



**Tânia Cristina B. de Aguiar**  
Diretora Fenae e gerente de Filial  
de Telemarketing em Brasília

" Mais do que homenagear as mulheres da Caixa, proponho uma reflexão e muitas perguntas, muitas delas feitas a partir de conversas com as colegas que trabalham comigo, na Gitel Brasília.

É fácil notar que, nas agências, os clientes tendem a procurar o gerente. Isto é, identificam como autoridade um ser humano do sexo masculino. E é normal que a gerência geral seja ocupada por um homem. As mulheres são gerentes de relacionamento. Será que isso é uma tendência que está mudando? Ou não?

E o assédio sexual? Será que ainda existe? Atinge empregadas ou se volta mais para estagiárias, bancárias temporárias? E as mulheres, fazem assédio sexual também? Ou elas são todas santas? Há as que usam atributos femininos para chegar ao poder? E se uma mulher bonita chega ao poder, é sempre acusada de usar de sedução para isso?

Então, temos aí um preconceito? Como é isso, na Caixa?

Será que as mulheres ainda abrem mão de crescer na carreira para cuidar da família? Continuam com a síndrome da perfeição? Se estressam mais que o homem? E as variações hormonais, influem nisso?

Acho que estas perguntas todas a gente pode discutir num fórum. Pode ser no Conecef. Pode ser, também, na página da Fenae na Internet. Um grupo de discussão. Temos que começar a discutir para clarear as coisas. E mudar o que pode ser mudado. Para melhor".

## Poder está longe

Embora representem 50,7% da população brasileira (censo demográfico de 2000 do IBGE), as mulheres permanecem com participação extremamente baixa na política. Levantamentos revelam que as câmaras municipais são ocupadas por 11% de mulheres, as assembleias legislativas, por 10%, o Senado por 7,5% e a Câmara Federal, por apenas 5%.

# Uma mulher em defesa das liberdades individuais

Anna Floriano liderou o Motim das Mulheres, em Mossoró (RN), contra o alistamento militar

**P**or todo o Brasil, em 1875, mulheres defenderam seus maridos, filhos, pais, irmãos, noivos e namorados contra o alistamento obrigatório

para a Guerra do Paraguai. Em Mossoró (RN), o movimento foi tão significativo que levou o nome de Motim das Mulheres. Entre as líderes da revolta, estavam Joaquina de Souza, Maria Filgueira e Anna Rodrigues Braga, conhecida como Anna Floriano.

Apesar de ser uma figura de destaque na história de Mossoró, há poucas referências sobre Anna Floriano. A biografia mais aceita é de que fosse de nacionalidade portuguesa. Nem mesmo sobre sua morte há consenso. Teria ocorrido entre 1876 e 1881.

Mas a descendência da líder revoltosa continuou a fazer história. Seu filho, Jeremias da Rocha Nogueira, foi um dos fundadores do jornal *O Mossoroense*, que nasceu em 17 de outubro de 1872. O jornal é o terceiro mais antigo do Brasil e o quarto da América Latina ainda em atividade.

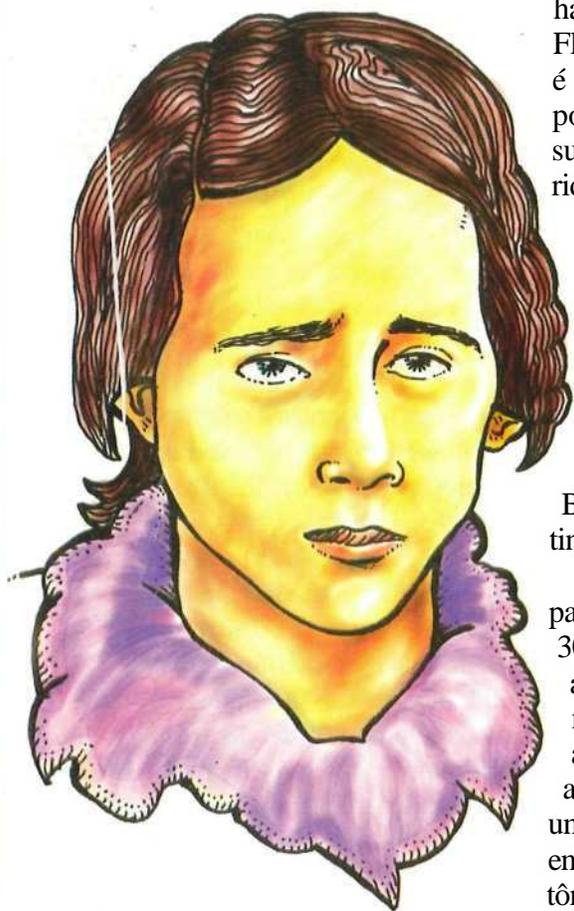
A sede do jornal, aliás, foi o palco do motim, que aconteceu em 30 de agosto de 1875. O militar abolicionista Romão Filgueira narrou o episódio. No dia em que a relação do alistamento chegou a Mossoró, segundo ele, "estavam umas trezentas mulheres reunidas em Mossoró, na Praça Vigário Antônio Joaquim. Aí, foram rasgados

os editais, pregados nas portas da igreja e despedaçados vários livros. Da praça Antônio Joaquim, dirigiram-se à praça da Liberdade. Naquela logradouro público, achava-se disposto um corpo de polícia, com fim de dominar a sedição. Logo ficaram confundidos, no tumulto da luta, soldados e mulheres. Foram várias as feridas".

## Motim fez parte de revolta contra o governo imperial

De acordo com Mui-rakytan de Macêdo, professor de História do Ceres (Centro de Ensino Superior do Seridó), o Motim das Mulheres estava inserido em um movimento maior, a Revolta do Quebra-Quilos. Entre 1874 e 1875, "vilas inteiras do Norte rebelaram-se contra a implantação de um novo sistema métrico, saqueando feiras e destruindo pesos e medidas do comércio".

Para o historiador, "na verdade, o Quebra-Quilos foi a gota d'água entornada no caldeirão de novos impostos e novas regras de recrutamento".



**"Quem sabe faz a hora".**

Participe com o seu sindicato do momento de transformação do Brasil.

**Sindicalize-se!**

# Fórum busca consensos nas reformas sindical e trabalhista

**O** Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos) vem acompanhando os trabalhos do Fórum Nacional do Trabalho na condição de assessoria das centrais sindicais, tanto nos grupos de trabalho quanto na comissão de sistematização.

A primeira reunião da comissão de sistematização foi realizada nos dias 28 e 29 de janeiro de 2004. Após as reuniões será encaminhado um relatório à plenária do Fórum Nacional do Trabalho, que, após a aprovação, será encaminhado ao ministro do Trabalho e Emprego para subsidiar a elaboração de anteprojatos legislativos de reforma sindical.

Entre os principais consensos estão: obrigatoriedade da negociação; a lei estabelecerá o prazo das cláusulas dos instrumentos normativos, salvo acordo das partes em sentido contrário (os empregadores propõem prazo de até 3 anos);

O instrumento normativo pode prever as regras de transitoriedade das cláusulas. No caso de vencimento do instrumento normativo (acordo ou convenção) será automaticamente prorrogado por 90 dias e renovado de comum acordo. Não havendo entendimento as partes poderão nomear árbitro de comum acordo.

Se não houver entendimento em relação ao árbitro, o



conflito será submetido à arbitragem pública que deverá ser realizada em 10 dias. O instrumento normativo permanecerá em vigor até a decisão final da arbitragem pública.

Devem ser definidos procedimentos especiais de negociação coletiva para os trabalhadores em serviços e atividades essenciais e no serviço público, a serem fixados em lei. As partes são obrigadas a negociar, mesmo não chegando a um acordo.

Havendo recusa à negociação poderá ser conferida à outra representação a titularidade da negociação. A recusa à negociação, se comprovada, poderá resultar em multas ou penalidades. Os meios de

composição de conflitos coletivos podem ser públicos ou privados, contemplando a conciliação, a mediação e a arbitragem.

Pode ser caracterizada como prática anti-sindical subordinar o emprego do trabalhador à filiação ou não a uma entidade sindical, ou ainda, ao seu desligamento; despedir ou discriminar no exercício regular das funções, um trabalhador devido à sua filiação, atividade sindical ou participação em greve.

Questões como direito de greve, poder normativo e organização sindical ficarão para a próxima reunião de sistematização.

Informações mais detalhadas poderão se obtidas nos seguintes sites: [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br) e [www.fnt.gov.br](http://www.fnt.gov.br)

# O plano de contas dos bancos

O Cosif (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional), componente da circular 1273 do Banco Central, é um conjunto integrado de normas, procedimentos e critérios de escrituração contábil que procura uniformizar os registros contábeis de bancos em geral; de sociedades de crédito, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários; associações de poupança e empréstimo; caixas econômicas e cooperativas de crédito.

As normas têm por objetivo possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, bem como a análise, a avaliação do desempenho e o controle, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas expressem com clareza, a real situação econômico-financeira da instituição e conglomerados financeiros. No box temos os grandes grupos de classificação das contas segundo o Cosif.

**O conjunto de regras**, contudo, não exige as instituições de:

a) adotar métodos e critérios uniformes no tempo, sendo que as modificações relevantes devem constar em notas explicativas, quantificando os efeitos nas demonstrações financeiras;

b) registrar as receitas e despesas no período em que elas ocorrem e não na data do efetivo ingresso ou desembolso (regime de competência);

c) fazer a apropriação mensal das rendas, inclusive mora, receitas, ganhos, lucros, despesas, perdas e prejuízos;

d) apurar os resultados em períodos fixos de tempo, observan-

do os períodos de 1º de janeiro a 30 de junho e 1º de julho a 31 de dezembro;

e) proceder às devidas conciliações dos títulos contábeis

com os respectivos controles analíticos e mantê-las atualizadas, devendo a respectiva documentação ser arquivada por, pelo menos, um ano.

<b>Ativo</b> <i>Abrangem as aplicações das instituições</i>	<b>Passivo</b> <i>É o conjunto de obrigações</i>
<b>Circulante</b> São valores de maior grau de liquidez e compõem-se de: - disponibilidades; - direitos realizáveis no curso dos 12 meses seguintes ao balanço; - aplicações de recursos no pagamento antecipado de despesas de que decorra obrigação a ser cumprida por terceiros no curso dos 12 meses seguintes ao balanço.	<b>Circulante</b> São as obrigações, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente, que vencerem no curso dos 12 meses seguintes ao balanço.
<b>Realizável a longo prazo</b> São os direitos realizáveis após o término dos 12 meses subseqüentes ao balanço. Abrange operações realizadas com sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da instituição que, se autorizadas, não constituam negócios usuais na exploração do objeto social; São incluídas aqui também as aplicações de recursos no pagamento antecipado de despesas de que decorra obrigação a ser cumprida por terceiros após o término dos 12 meses seguintes ao balanço.	<b>Exigível a longo prazo</b> As obrigações, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente, que vencerem após o término dos 12 meses subseqüentes ao balanço.
<b>Permanente</b> São os ativos com o menor grau de liquidez. Inserem-se, neste grupo: - Investimentos: participações permanentes em outras sociedades, inclusive subsidiárias no exterior e o capital destacado para dependências no exterior; investimentos por incentivos fiscais; títulos patrimoniais; ações e cotas; outros investimentos de caráter permanente; - Imobilizado: direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da instituição e à exploração do objeto social ou exercidos com essa finalidade; - Diferido: aplicações de recursos em despesas que contribuam para formação do resultado de mais de um exercício, tais como gastos de constituição, expansão, fundo de comércio, instalação e adaptação de dependências; juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período anterior ao início das operações sociais.	<b>Resultados de exercícios futuros</b> Representam recebimentos antecipados de receitas antes do cumprimento da obrigação que lhes deu origem, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes, quando conhecidos, a serem apropriadas em períodos seguintes e que de modo algum sejam restituíveis.
	<b>Patrimônio líquido</b> É o também chamado capital próprio, compreendendo: capital social; reservas de capital; reservas de reavaliação; reservas de lucros; lucros ou prejuízos acumulados.

Fonte: Banco Central do Brasil

# Quando vamos sentar direito?

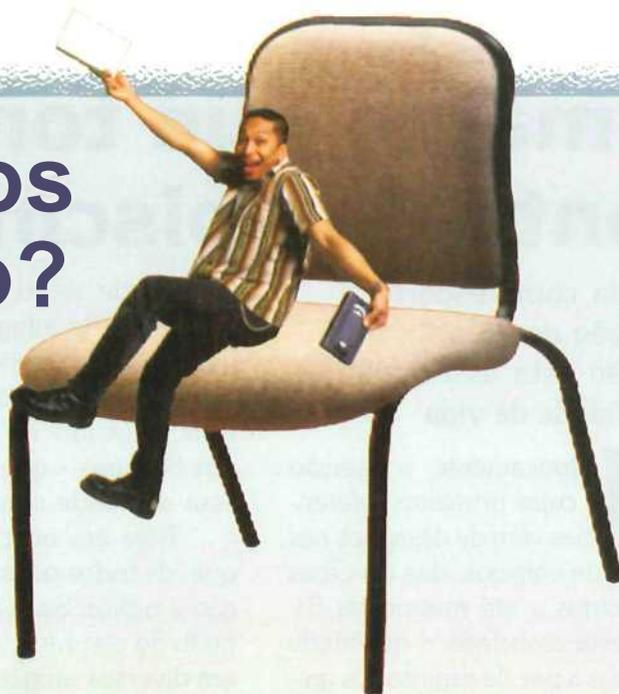
• Myton Severiano  
Jornalista

**V**i na TV Record, em 1982, o Gigante trabalhar na edição de imagens assim: sentado num banquinho alto, sem encosto, apoio para os pés lá embaixo, próprio para quem tenha mais de 1 metro e 70 de altura. Gigante media 1 metro e 50, razão do apelido, brincadeira da turma com sentido duplo, porque na verdade ele era um gigante no trabalho, apesar de operar com as pernas penduradas ou enroscadas nos pés do banquinho.

À frente, tinha o monitor três palmos acima da linha dos olhos; comandos da máquina de edição abaixo do que podiam alcançar os braços dele. Equivalia a um aparelho de tortura.

Parece que, em geral, quem projeta nossas cadeiras, para comer, para trabalhar, para ler, não senta nelas depois de prontas, antes de pôr à venda. Há umas com travessas horizontais no encosto de tal forma que, em minutos, doem-nos as costas.

Pisou na bola a própria Lina Bo Bardi, arquiteta de renome, que projetou o belo edifício do Masp (Museu de Arte de São Paulo). Lina comandou a reforma de antiga fábrica paulistana e a transformou no Sesc-Pompéia, agradável conjunto de espaços com biblioteca, oficinas de trabalho, bares, teatro e sala para concertos. Pois bem, as cadeiras desta sala chegam a desencorajar a



gente de encarar mais que uma hora de show ali, de tão desconfortáveis.

Aos que trabalham sentados, o mais comum é a empresa achar que "qualquer cadeira serve". Cheguei a receber uma de quatro rodinhas faltando uma rodinha. O chefe do pessoal a quem reclamei teve o desplante de dizer:

"Ok, vou arrumar um calço para você pôr embaixo do pé sem rodinha."

Nós que trabalhamos sentados estamos ferrados e mal pagos. Brasileiro tem 1 metro e 70 de altura média, no máximo. E projetam cadeiras para nórdicos - nórdico com 1 metro e 80 é baixinho. Tais cadeiras cortam-nos a circulação na antecoxa, pois os pés não se apoiam completamente no chão. As costas sofrem.

Quando vão fazer cadeiras para brasileiros?

*Tirado do livro "O ator principal é o povo." Jules Michelet, historiador francês (1798-1874), citado em Rumo à Estação Finlândia, de Edmund Wilson, Companhia das Letras, 1995, p. 24.*

**Banqueiro é um tipo que nos empresta um guarda-chuva quando faz sol, e exige-o de volta quando começa a chover.**

Mark Twain, escritor americano

## Fundo da memória

- Cumpade, como vai?
- Muito bem.
- Eu sei, fiquei sabendo que ocê arrumou namorada. E ela gosta di ocê?
- Ah, se gosta. Ainda ontem ela me elogiou, me chamou de idiota.
- Mas, cumpade! Ocê num sabe o que é idiota?
- Não.
- E um sujeito que ocê exprica uma coisa, dá exempro, exprica de novo, e o sujeito não entende. Entendeu?
- Não.
- Ah, então ela te elogiou mermo.

*PRK-30, programa de Lauro Borges e Castro Barbosa, na Rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro, década de 1950*

# A mania que toma conta das piscinas

Surgida como esporte no Japão de 36 a.C, a natação está associada à qualidade de vida

**H**istoricamente, a natação - cujas primeiras referências vêm de desenhos nas tumbas de egípcios, das cavernas dos assírios e até mesmo da Bíblia - está associada a qualidade de vida e a paz de espírito. Os gregos e romanos da antiguidade consideravam-na parte do treino militar. É comum, inclusive, vincular a natação a componentes como desenvolvimento físico e mental, melhora do condicionamento via estimulação dos sistemas cardiovascular e respiratório e simetria de movimentos entre braços e pernas.

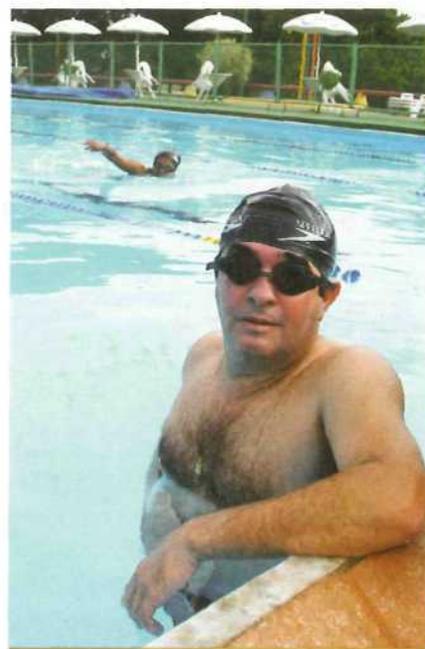
Há controvérsias sobre os benefícios à saúde dos praticantes dessa modalidade esportiva. Alguns especialistas consideram a natação o esporte adequado para o tempo livre e lazer, assim como para segmentos da sociedade como a terceira idade, obesos, cardíacos e por-

A natação é o segundo esporte em importância nas competições olímpicas, depois do atletismo

tadores de deficiência. O tema está longe de atingir unanimidade, pois há vozes abalizadas - como a do médico mineiro José Róiz, falecido no ano passado aos 82 anos - que não encaram essa atividade com bons olhos.

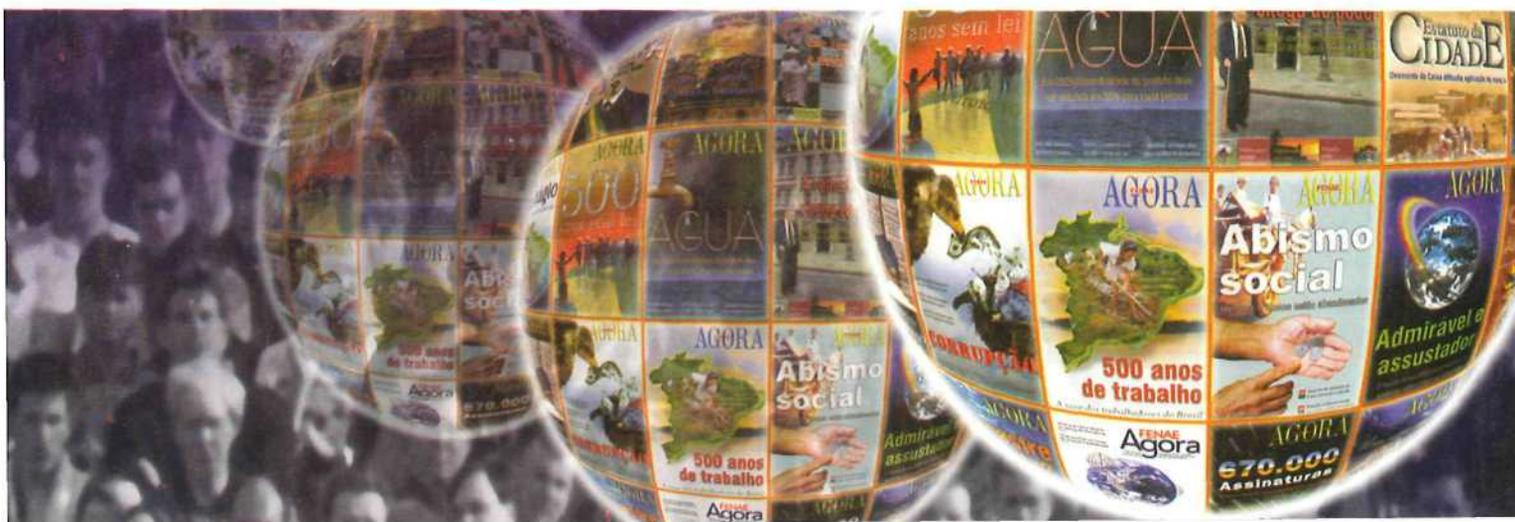
Róiz era adepto da tese de que, de todos os esportes, a natação é o pior. Suas opiniões a respeito do assunto estão registradas em diversos artigos para a revista Caros Amigos, em que ele afirmava que seus argumentos estavam baseados em comprovações científicas segundo as quais a água resfria a pele e, em consequência disso, impede a eliminação do suor. No entanto, a teoria mais aceita é de que a natação beneficia o sistema cardiovascular, o estado de todo o conjunto de tendões e ligamentos, a flexibilidade do corpo em geral, o tônus muscular e a postura de quem passa algumas horas do dia dentro da piscina.

Polêmicas à parte, a habilidade dos seres humanos de se locomoverem na água é um fenômeno tão antigo quanto a ati-



Para Jair Pedro, do Seeb/DF e da CEE/Caixa, a natação é essencial para superar limites

vidade da caça e da coleta. Os primeiros registros datam do ano de 2.500 a.C. Como esporte, contudo, a natação surgiu no Japão de 36 a.C, mas coube aos ingleses do século XIX (1837) definirem as regras e organizarem os primeiros campeonatos mundiais. Trata-se de um dos 9 esportes que fazem parte do programa olímpico desde a primeira edição dos jogos da era moderna, em 1896 na cidade de Atenas, Grécia. É o segundo esporte em importância nessa competição, depois do atletismo.



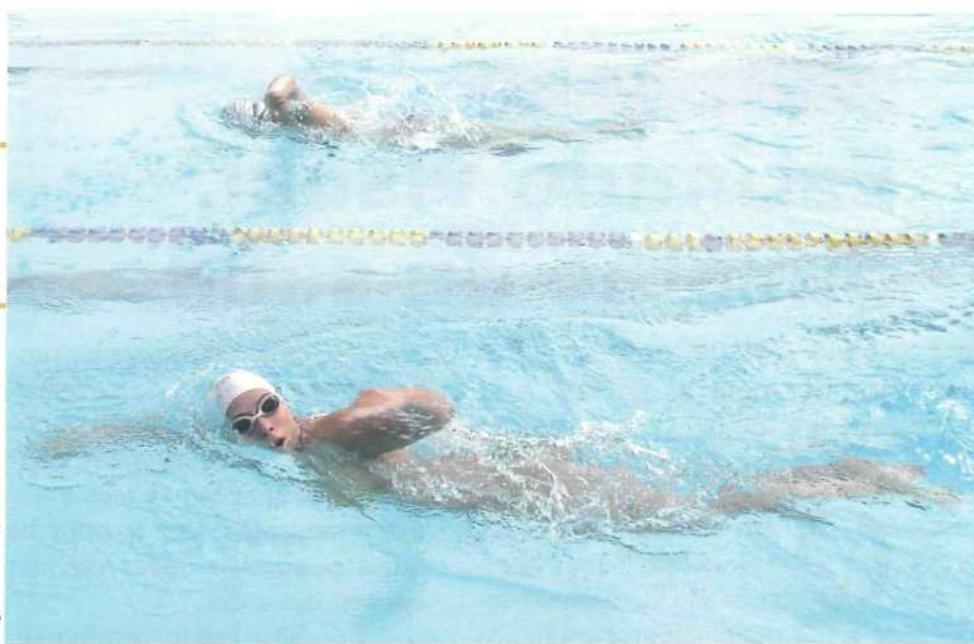
*Crawl, peito, borboleta e costas são os estilos mais conhecidos da natação*

No Brasil, a natação surgiu em 1898 por iniciativa do Clube de Natação e Regatas, do Rio de Janeiro, a quem coube realizar o 1º campeonato brasileiro. A partir daí, foi um pulo para a modalidade ser reconhecida oficialmente pela Confederação Nacional de Desportos, o que veio a acontecer em 1914.

Os atuais expoentes nacionais são os nadadores Gustavo Borges e Fernando Scherer (Xuxa), mas no ano de 1939 a brasileira Maria Lenk entrou para a história ao se transformar na primeira mulher sul-americana a participar de uma competição olímpica. Depois dela viria Piedade Coutinho.

A primeira participação brasileira em jogos olímpicos ocorreu em 1920, na Antuérpia, Bélgica, com Orlando Amendola nos 100 metros livre e Ângelo Gammara nos 200 metros peito. O Brasil, aliás, já teve 4 recordistas mundiais: Maria Lenk (1939) - 200 metros e 400 metros peito; Manoel dos Santos (1961) - 100 metros livre; José Sylvio Fiolo (1968) - 100 metros peito; e Ricardo Prado (1988) - 400 metros medley.

Hoje, as piscinas estão lotadas



Augusto Coelho

de praticantes. De esporte praticado mundialmente, a natação a cada dia penetra na veia de mais e mais pessoas Brasil a fora. Este é o caso do empregado da Caixa, Jair Pedro Ferreira, secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Brasília e membro da CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados). Casado, 44 anos, pai de 2 filhos, Jair Pedro entrou na Caixa em 1989 e pratica natação desde novembro do ano passado. Foi convencido por seu médico a assim proceder, se não corria o risco de ficar com o músculo lombar enfraquecido, devido principalmente ao sedentarismo. "Se soubesse que era tão bom, teria começado há pelo menos 10 anos. A natação, no meu caso, está

sendo essencial para a superação de alguns limites físicos. Hoje respiro melhor, sinto meus músculos mais fortalecidos e o estresse já não incomoda como antes".

De esporte mundial, a cada dia a natação penetra na veia de muita gente Brasil a fora

A natação é, das atividades aquáticas, a mais tradicional. São 4 os estilos mais conhecidos: crawl, peito, borboleta e costas. As competições realizam-se em piscinas olímpicas, divididas em raias. Podem ser individuais ou por equipe. Nos

revezamentos, disputados por equipes de quatro atletas, cada nadador completa uma parte da prova, alternando velocidade e resistência. Há também a prova de nado medley, que combina os 4 estilos e cuja distância percorrida é padronizada.

FENAE  
Agora

**ANUNCIE** - Ligue para (61) 323-7516  
ou escreva para [imprensa@fenae.org.br](mailto:imprensa@fenae.org.br)

Lida por 75 mil empregados da Caixa Econômica Federal e distribuída para 3.500 entidades sindicais e associativas, órgãos de comunicação, organizações não-governamentais, deputados federais, senadores, governadores, assembleias legislativas e partidos políticos

# Estímulo visual, questão de saúde

Poluição visual nos grandes centros agride normas estéticas e pode prejudicar saúde

Quem anda pelas grandes cidades brasileiras é bombardeado incessantemente pelos mais variados estímulos visuais. As ruas oferecem uma infinidade de placas de anúncios, outdoors, banners, balões, faixas, cavaletes, painéis, letreiros de lojas, muros pintados, picha-

ções, fachadas com cores berrantes, bancas de jornais, carrinhos de vendedores ambulantes, automóveis nas ruas e calçadas, ocupação de espaços públicos e outros elementos físicos com os quais o cidadão deve conviver em seu dia-a-dia.

Em São Paulo, estima-se, existem tantos anúncios quanto os 10,5 milhões de habitantes da cidade. Tal volume causa transtornos inevitáveis aos habitantes. E a questão não é apenas estética. O excesso de informações visuais pode provocar problemas de saúde.

Para o arquiteto Renato César Ferreira de Souza, professor da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), os prejuízos começam com os próprios responsá-

veis pela maior parte dos elementos de poluição, ou seja, o comércio. "O acúmulo de informações desordenadas sobre o espaço visível prejudica o próprio comércio, pois o estado caótico e o posicionamento oportunista das informações de cartazes, painéis e outros torna-se pouco visível". Em seguida, compromete-se "a identidade do local, que é a qualidade relacionada à familiaridade que temos com determinado espaço". A partir daí, segundo o professor, "o prejuízo se estende para toda a população, pois a identidade dos lugares tem importância muito grande para as habi-

lidades de orientação espacial e compreensão das pessoas. As pessoas ficam perdidas, gastam mais para se orientar, não entendem onde estão e como devem fazer para sair dali".

## Já a advogada

Ignez Conceição Ninni Ramos, pós-graduada em direito ambiental e do consumidor, aponta que os elementos de poluição visual "retiram a possibilidade dos referenciais arquitetônicos da paisagem urbana, transgridem regras básicas de segurança, aniquilam as feições dos prédios, obstruem aberturas de insolação e ventilação, deixam a população sem referencial de espaço, de estética, de paisagem e de harmonia". Nas cidades históricas, ela aponta que o principal problema "tal-

Estima-se que existam mais de 10 milhões de anúncios nas ruas da cidade de São Paulo



vez seja a descaracterização do conjunto arquitetônico, especialmente observada no centro e nos bairros mais antigos".

**Renato César** também avalia que os prejuízos da poluição visual não são apenas estéticos. Neste sentido, "cada lugar possui uma configuração de acordo com a cultura local". Para ele, o que deve ser analisado "é o que, em cada espaço, entra em conflito com os milhares de gestos e ações individuais que constituem um modo de habitar das pessoas". Há prejuízos claros, por outro lado, na própria saúde das pessoas. O excesso de informações visuais "refere-se na maioria das vezes ao comprometimento da sanidade mental dos indivíduos, descrevendo-se desde estados agressivos até a resposta de crianças submetidas a tantos estímulos".

O arquiteto, que trabalha com estudos de avaliação ambiental, alerta que pode até ser fácil consertar danos à saúde quando se trata "de adaptar uma cadeira que foi mal projetada, ou um armário mal posicionado", mas que "no caso dos espaços urbanos, ainda está por vir o dia em que muitas das doenças que sofremos serão identificadas não apenas como estresse, mas

como resultado de habitar-mos mal os lugares".

Para solucionar o problema da poluição visual, Ignez Ninni Ramos aponta a legislação e a atuação da sociedade civil. Para ela, "a legislação ambiental existente, com o auxílio do Código Penal, é mais que suficiente para evitar esta degradação, necessitando somente a vontade política de aplicá-la". No entanto, a advogada considera que "o poder público, além de falhar em seu papel regulamentador e fiscalizador da publicidade, utilizando-se de mecanismos permissivos, mercantiliza os espaços públicos em nome de duvidosos benefícios".

Elementos urbanos em excesso podem comprometer a saúde mental das pessoas

Já Renato César acredita que "a avaliação ambiental tem muito a oferecer às políticas de desenvolvimento urbano". Para ele, "os administradores poderiam considerar que melhorar um espaço urbano não significa necessariamente gastar muito para reformá-lo; sua promoção política está na melhoria, de fato, do espaço de cidadania para todos". O arquiteto avalia ainda que a situação só mudará se "a população cobrar soluções para esses problemas e alertar os administradores para quando reformas pouco eficientes de espaços urbanos se constituírem num desperdício de dinheiro".

## União define normas gerais sobre a poluição

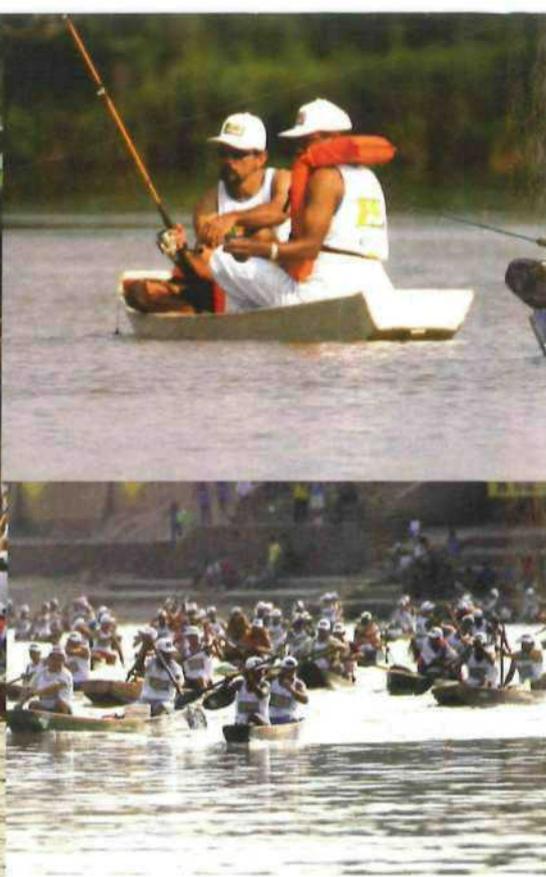
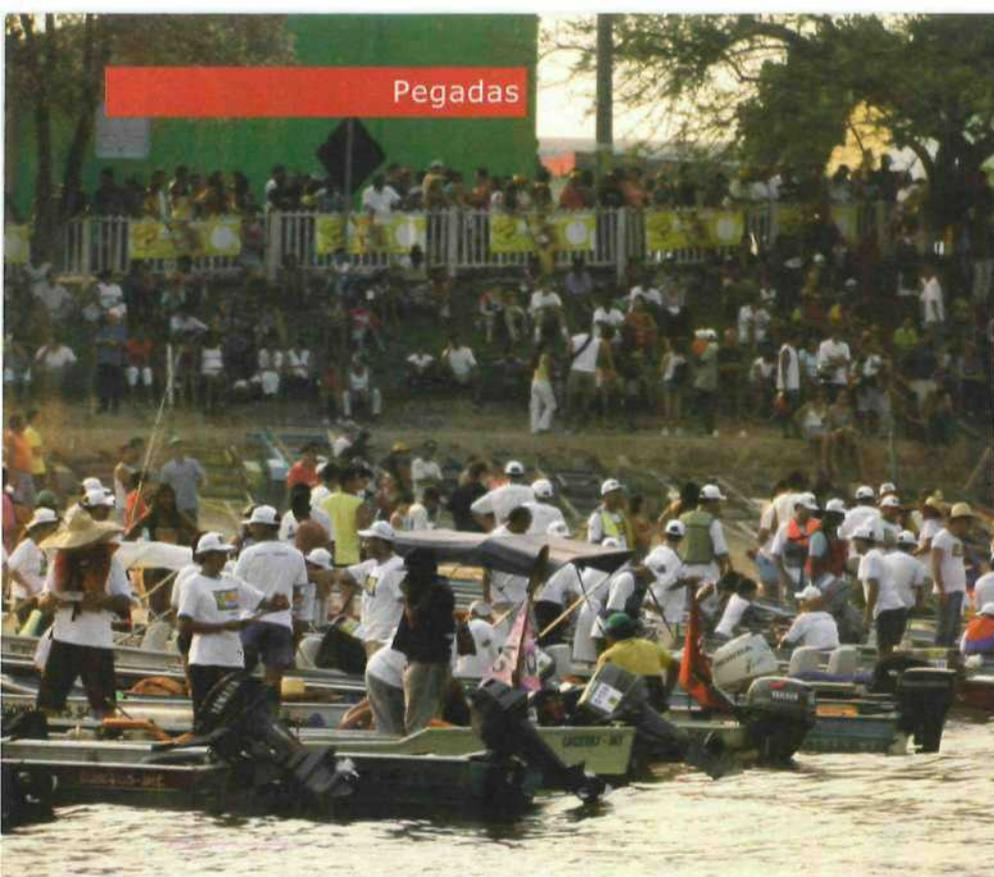
A competência para legislar sobre o meio ambiente é da União e dos Estados, de acordo com o artigo 24 da Constituição Federal de 1988. Para a União, cabe determinar as "normas gerais".

Assim, a principal norma ambiental é a lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Já a Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente, a lei 9.605/98, estabelece quais são as formas de crime contra a natureza, incluindo o desrespeito a monumentos e espaços urbanos, e determina penas para os infratores.

Já os municípios, segundo o artigo 30 da CF, devem legislar "sobre assunto de interesse local, prestar serviços públicos de interesse local e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano", de acordo com José de Sena Pereira Júnior, consultor legislativo da Câmara dos Deputados para a área de meio ambiente e direito ambiental.

O especialista considera que "a poluição visual das áreas urbanas ocorre ou com o consentimento do poder público municipal, ou pela ineficiência ou negligência dele", já que cabe aos municípios disciplinar o uso do solo urbano. "Se, em determinado município, as leis permitem atos que, para alguns, levam à poluição visual, nada pode ser feito em termos de legislação federal ou estadual, pois o pacto federativo garante a autonomia administrativa", lamenta Sena Pereira.





## Alegre e profundo mergulho nas águas do rio Paraguai

Todos os anos, sempre em setembro, o Pantanal Norte serve de palco para um evento inusitado: o FIP

**D**ourados, pintados, cacharas, pacus, jaús, jurupeném, jurupoca, corvina, barbado, piavuçu, palmito e piraputangas. Toda essa variedade de peixes enche os olhos dos moradores de Cáceres, localizada a 210 quilômetros de Cuiabá (MT). O

município de 85 mil habitantes fica às margens do rio Paraguai e todos os anos, sempre no mês de setembro, serve de palco para o FIP (Festival Internacional de Pesca), realizado desde 1980.

São de 7 a 10 dias ininterruptos de FIP. Na época do evento,

Cáceres costuma receber cerca de 100 mil turistas e movimentação algo em torno de R\$ 3,5 milhões para a região do Pantanal Norte. O Festival Internacional de Pesca, cujo idealizador foi Aderbal Micheles, então com 13 anos, é ci-

tado desde 1992 pelo Guinness Book (o livro dos records) como o maior festival de pesca embarcada em água doce do mundo. Aderbal "inventou" o evento depois de ter sido impedido de participar de um torneio na cidade de Barra do Bugres (MT).

A finalidade do festival é tipicamente esportiva. Perde 100 pontos a equipe que deixar qualquer peixe morrer. Na última edição do evento, ocorrida de 22 a 30 de setembro do ano pas-

Para o Guinness Book, o FIP é o maior festival de pesca embarcada em água doce do mundo



Sec. Tur. de Cáceres

sado, 600 espécies de peixes foram capturadas e devolvidas com vida ao rio. Na ocasião, os primeiros colocados nas categorias feminina e masculina receberam um carro zero quilômetro, enquanto os classificados em segundo e terceiro lugares ganharam um barco com motor.

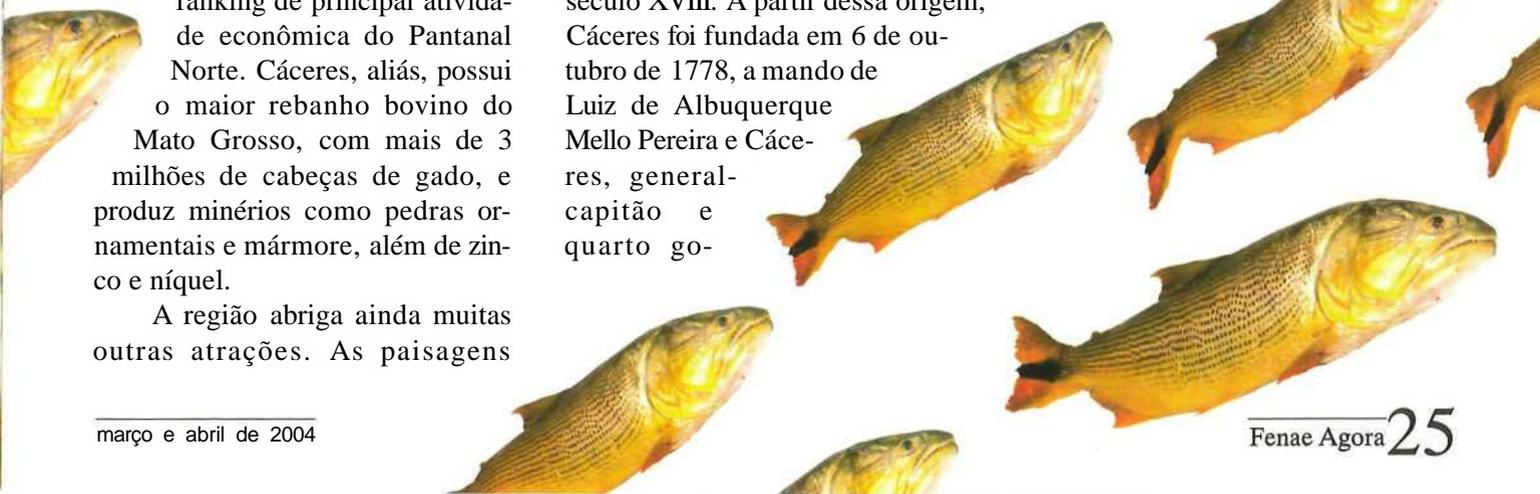
A pesca artesanal sustenta 15% dos moradores de Cáceres. Essa cultura faz parte do Cotidiano do município e levou ano passado a que crianças de 4 a 12 anos criassem o campeonato de pesca infanto-juvenil. A pesca, no entanto, divide com a pecuária e a extração mineral o topo do ranking de principal atividade econômica do Pantanal Norte. Cáceres, aliás, possui o maior rebanho bovino do Mato Grosso, com mais de 3 milhões de cabeças de gado, e produz minérios como pedras ornamentais e mármore, além de zinco e níquel.

A região abriga ainda muitas outras atrações. As paisagens

pantaneiras, o Marco do Jauru (símbolo da conquista que definiu fronteiras de domínio entre Portugal e Espanha, no Tratado de Madrid, em 1750), os casarões seculares e a dolina calcária Água Milagrosa são exemplos de preciosidades turísticas e fazem Cáceres despontar como a "Princesinha do rio Paraguai".

As primeiras penetrações de europeus na região do Pantanal Norte ocorreram em meados do século XVIII. A partir dessa origem, Cáceres foi fundada em 6 de outubro de 1778, a mando de Luiz de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres, general-capitão e quarto go-

vernador do Mato Grosso. A localização privilegiada da cidade, no ponto mais alto do rio Paraguai, foi decisiva para a consolidação da fronteira oeste do Brasil. 





# João Boa Morte

(Ferreira Gullar, em Cabra Marcado para Morrer)

Essa guerra do Nordeste não mata quem é doutor. Não mata dono de engenho, só mata cabra da peste, só mata o trabalhador. O dono de engenho engorda, vira logo senador.

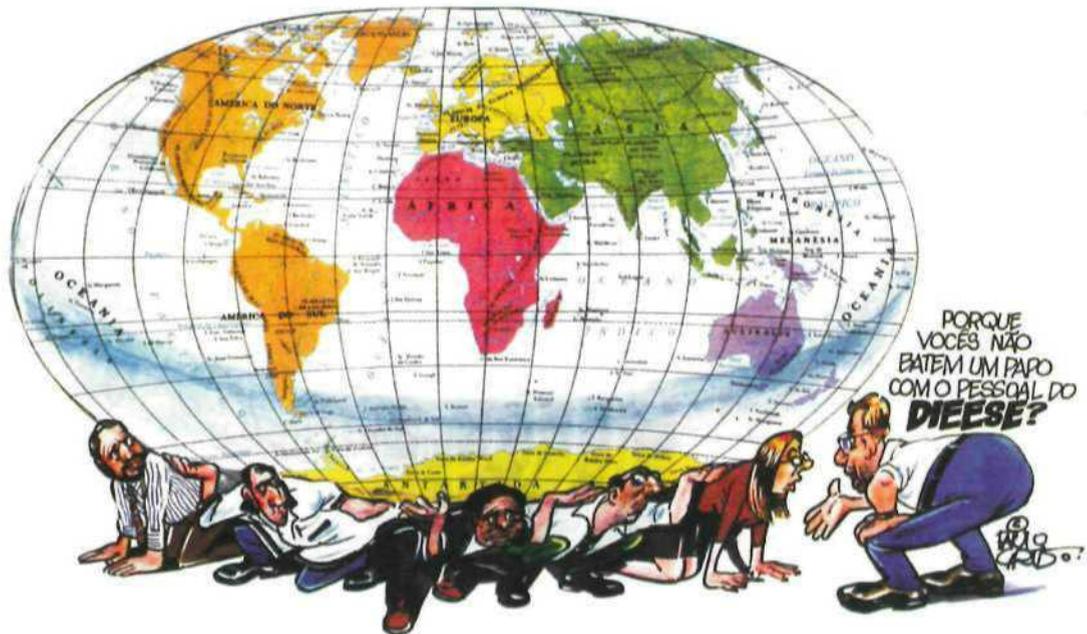
Não faz um ano que os homens que trabalham na fazenda do Coronel Benedito tiveram com ele atrito devido ao preço da venda. O preço do ano passado já era baixo e no entanto o coronel não quis dar o novo preço ajustado.

João e seus companheiros não gostaram da proeza: se o novo preço não dava para garantir a mesa, aceitar preço mais baixo já era muita fraqueza. "Não vamos voltar atrás. Precisamos de dinheiro. Se o coronel não quer dar mais, vendemos nosso produto para outro fazendeiro."

Com o coronel foram ter. Mas quando comunicaram que a outro iam vender o cereal que plantaram, o coronel respondeu: "Ainda está pra nascer um cabra pra fazer isso. Aquele que se atrever pode rezar, vai morrer, vai tomar chá de sumiço".

## Expediente

**Administração e redação:** Setor Comercial Sul, quadra 1, Bloco C, nº 30 Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar Brasília (DF) CEP 70395-900 Telefone (61)323-7516 Fax (61) 323-7804 / www.fenae.org.br - Imprensa@fenae.org.br **Diretoria Executiva:** **Diretor presidente** José Carlos Alonso Gonçalves / **Diretor vice-presidente** Vaumik Ribeiro da Silva / **Diretor de Administração e Finanças** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite / **Diretor de Comunicação e Imprensa** Antônio Bráulio de Carvalho / **Diretor de Esportes** Paulo Rocha Cunha / **Diretora Cultural** Maria Aparecida Torres Diniz de Almeida / **Diretora Executiva** / Tânia Cristina Barros de Aguiar / **Diretor Executivo** / Emanuel Sousa de Jesus **Conselho Fiscal:** **Titulares** Sérgio Santos Serra / José Francisco de Assis Cavalcante Neto / Devanir Camargo da Silva - **Suplentes** / Francisca De Assis Araújo Silva / Alberi Bernardi Bolaski / Valmir Gôngora **Conselho Deliberativo Nacional:** **Presidente** Antônio Carlos de Oliveira - **Vice-presidente** Fabiana Matheus - **Secretária** Emerenciana Barbosa do Rego. **Edição e redação:** Antônio José Reis / Evandro Peixoto / Marcio Achilles Sardi Design e **Ilustração:** Lisarb Sena de Mello **Consultoria:** Murilo Barella (Subseção do Dieese) **Colaboradores:** Márcio Baraldi / Janio de Freitas **Impressão:** Bangraf **Tiragem:** 75 mil exemplares / Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita



# DIEESE. A serviço do movimento sindical.

**assessoria, pesquisa e educação**

O DIEESE é uma instituição do movimento sindical brasileiro, criada há 48 anos para desenvolver atividades de pesquisa, educação e assessoria, que abrangem temas relacionados ao mundo do trabalho e que se ajustam aos desafios que a realidade coloca para a organização dos trabalhadores.

Ao longo desse tempo, a instituição se consolidou pela eficiência e credibilidade, tornando-se fonte de dados, informações e análises confiáveis para as entidades sindicais e para toda a sociedade.

ESCRITÓRIO NACIONAL  
R. Ministro Godói, 310 | Perdizes-  
São Paulo- SP | CEP: 05001-900,  
Tel.: 11 3874-5366 | Fax: 11 3874-5394  
E-mail: [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)

ESCRITÓRIOS REGIONAIS:  
Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás,  
Minas Gerais, Pará/Amapá, Paraíba, Paraná,  
Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte,  
Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe



Departamento Intersindical de  
Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

Visite nosso site: [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

# CAIXA SEGURO VIDA Exclusivo

Exatamente como você pediu!

Toda  
família  
da CAIXA  
com

mais coberturas  
mais vantagens  
mais tranquilidade

O CAIXA SEGURO VIDA Exclusivo aumentou seus benefícios. É mais proteção pagando menos. Além de todas as coberturas que você já conhece, você agora tem:

- Cobertura de Doenças Graves, inclusive para LER e DORT com aumento no valor da indenização: **agora, até R\$ 60.000,00!**
- Caso precise usar a Cobertura de Doenças Graves até os 60 anos, você e sua família terão **5 anos de seguro grátis**
- Sorteio mensal de R\$ 10 mil com **ganhador garantido**
- Nova cobertura para cônjuge, com transferência de seguro para o cônjuge sobrevivente, o que garante a proteção dos filhos com até 18 anos por mais dois anos, sem pagar nada
- Descontos especiais (segurados com até 45 anos têm 20% de desconto na mensalidade atual e para faixa entre 46 e 55 anos, desconto de 10%)

**FENAE**  
CORRETORA DE SEGUROS

**Não perca tempo, ligue já**

Central de Atendimento - 0800 601 8080 - [www.fenaeseg.com.br](http://www.fenaeseg.com.br)